

Política de Gestão de Risco

Credit Suisse Hedging-Griffo Wealth Management

Maio de 2022

Este material foi desenvolvido pela Credit Suisse Hedging-Griffo e não pode ser distribuído, copiado ou reproduzido, no todo ou em partes, sem a autorização expressa da CSHG.



Válido a partir de	Maio de 2022
Área responsável	Área de Risco
Autor	Credit Suisse Hedging-Griffo
Contato	list.risco@cshg.com.br
Idioma original	Português
Escopo/destinatários	Público em geral
Versões	<p>V1.0 – Fevereiro/2019</p> <p>V1.1 – Dezembro/2020 – explicitam a área que define modelos de risco e a existência de testes de aderência. Transferência da atividade relacionada à precificação (em 2019) e aprovação de produtos (2020) para área de Administração de fundos e correspondente mudança na estrutura da área de risco.</p> <p>V1.2 - Março/2022 - atualiza a governança de comitês (nomes e descrição dos temas discutidos) e estruturas de reporte de risco com respectivas responsabilidades.</p> <p>V1.3 – Maio/2022 – retira menção a ICVM 558 e mantém menção a Resolução CVM 21 que já estava na versão anterior.</p>

Sumário

Sumário	2
1. Objetivo	3
2. Identificação dos Riscos	4
3. Acompanhamento da exposição a Riscos	5
4. Técnicas utilizadas para monitoramento dos Riscos	6
4.1. Risco de Mercado	6
4.1.1. Exposições por Fatores Primitivos de Risco	6
4.1.2. Teste de Sensibilidade a Fatores de Risco	6
4.1.3. V@R - Valor a Risco	6
4.1.4. Estresse Teste	6
4.1.5. Alavancagem	6
4.2. Risco de Liquidez	6
4.3. Risco de Crédito/Contraparte	7
4.4. Risco de Concentração	7
4.5. Risco Operacional	7
4.5.1. Validação de modelos de Risco	7
4.5.2. Monitoramento do retorno e volatilidades dos fundos	8
4.5.3. Manuais dos procedimentos da área	8
4.5.4. Monitoramento de perdas operacionais, divulgação da cultura de monitoramento e ambiente de contingência	8
4.6. Procedimento específico para Carteiras Administradas	9
5. Instrumentos utilizados	10
6. Estruturas de gestão de Riscos	11
6.1. Comitês de Risco	11
6.2. Organograma da área, independência e autonomia	11

1. Objetivo

Permitir o monitoramento, a mensuração e o ajuste permanentes dos riscos inerentes às carteiras de valores mobiliários geridos pelo Credit Suisse Hedging Griffo - Wealth Management ("CSHG WM") para recursos de terceiros.

A seguir estão descritos os procedimentos realizados para a identificação e acompanhamento da exposição aos riscos relevantes para as carteiras de valores mobiliários, bem como as técnicas, os instrumentos e a estrutura utilizados.

Este documento visa o atendimento às normas de regulação da CVM - Instrução 555/2014 e Resolução CVM 21/2021 bem como a autorregulação da Anbima - Código de Administração de Recursos de Terceiros da Anbima de 2019.

Esta política é revista e avaliada anualmente.

2. Identificação dos Riscos

A identificação dos riscos dos ativos financeiros componentes da carteira e, conseqüentemente, da carteira como um todo é feita em várias etapas.

Quando a área de gestão planeja investir em um novo tipo de ativo, o mesmo é pautado em um fórum de discussão multidisciplinar de análise e aprovação de ativos de investimento: Comitê de Crédito CSHG Wealth Management (para ativos de crédito) e Comitê de Investimento da Administração de Fundos CSHG (demais ativos). A área de análise de crédito (para ativos de crédito) ou a área de administração de fundos (para demais ativos) levantam informações sobre o ativo de investimento e as discutem neste comitê com outras áreas (gestão, análise de crédito, risco, produtos, middle, administração e Compliance). São verificadas as características específicas desse novo ativo, seus riscos (Mercado, Liquidez, Concentração, Contraparte, Crédito e Operacional) e como o mesmo impacta a carteira em que é alocado. Outro momento em que os riscos são identificados pela área de risco é na definição dos modelos matemáticos que são utilizados para se mensurar os riscos de cada ativo componente da carteira e do nível de risco consolidado da carteira. Para tal atividade, a área de risco identifica os fatores que impactam o valor do ativo analisado (conhecido na literatura especializada como “FPR”- fator primitivo de risco).

A performance e os riscos financeiros (mercado, liquidez e crédito) dos principais fundos geridos e os casos de atenção (por exemplo, maiores usos de limites) são apresentados no Comitê de Risco da CSHG, de forma a identificar os riscos no nível dos fundos de investimento.

3. Acompanhamento da exposição a Riscos

O acompanhamento da exposição dos riscos é feito através de diversos processos pela área de Risco. São destacados os principais a seguir.

Os riscos dos fundos são acompanhados pela área de risco através da avaliação dos retornos do valor de suas cotas e respectivas volatilidades. As análises utilizam diferentes janelas de intervalo, a classe CVM do fundo e seu histórico. Os casos considerados divergentes são analisados.

São calculadas regularmente diversas medidas de riscos de cada carteira, por exemplo, medida de V@R (valor a risco) para se avaliar o risco de mercado, medidas de exposição consolidada por emissor na Gestora para controle do risco de crédito - cujas principais técnicas estão descritas a seguir nesse documento.

As carteiras de valores mobiliários geridos pelo CS não tem limites de riscos formais, exceto casos específicos em que existam limites definidos em contrato ou nos documentos do fundo. Em alguns casos existem limites gerenciais.

No caso de a carteira ter um limite de risco, a área de risco verifica se a carteira está enquadrada em relação a seu limite. Havendo um desenquadramento, a ocorrência é reportada ao gestor para que o mesmo tome a medida necessária para ajustar a situação. A área de risco dá o suporte explicando os motivos que levaram o controle a apontar o desenquadramento, por exemplo, aumento de uma posição ou aumento da volatilidade de um fator de risco de mercado. Sob demanda do gestor, a área de risco pode ajudar com simulações de risco e, após a decisão do gestor de como irá enquadrar o fundo, a área de risco acompanha a resolução do caso até o enquadramento da carteira.

As discussões sobre os níveis de riscos das carteiras são feitas em comitês de risco semanais junto com os gestores e administrador das carteiras.

Ressalta-se que as regras de verificação de enquadramento às normas dos fundos (ICVM 555 e outras) e a seu regulamento (conhecida internamente por IGM – *Investment Guidelines Monitoring*) é realizada por outra área no Administrador de Fundos. São exemplos dessa atividade o controle por modalidade de ativo, Prazo médio do fundo, limite por emissor e exposição em fatores e riscos definidos em normas.

4. Técnicas utilizadas para monitoramento dos Riscos

O CS utiliza diversas técnicas para identificação dos riscos de mercados das carteiras geridas, dentre eles, destacam-se:

4.1. Risco de Mercado

4.1.1. Exposições por Fatores Primitivos de Risco

Os ativos financeiros na carteira são mapeados em FPR's que impactam seu valor. Ao se realizar esse mapeamento para todos os ativos componentes da carteira e acumulá-los em cada fator de risco, chega-se a exposição total da carteira por FPR's.

4.1.2. Teste de Sensibilidade a Fatores de Risco

A carteira é submetida a oscilações padrões em cada um dos seus FPR's, por exemplo, 1% (100 basis points) na taxa de juros e é avaliado o impacto financeiro que a carteira teria.

4.1.3. V@R - Valor a Risco

Estimativa de perda de um fundo baseado em estatísticas dos retornos passados, volatilidades e correlações dos fatores primitivos de risco a qual o fundo tem exposição. Utilizamos o modelo paramétrico, 97,5% de Intervalo de Confiança Monocaudal, horizonte de 1 dia e Fator de decaimento exponencial de 0.94.

4.1.4. Estresse Teste

Estimativa de perda de um fundo baseado em cenários estressados dos fatores primitivos de risco a qual o fundo tem exposição. São aplicados diversos cenários, por exemplo, aqueles divulgados pela B3 para situações de estresse dos mercados.

4.1.5. Alavancagem

O risco de alavancagem dos fundos (perda maior que o patrimônio do fundo por risco de mercado) é controlado pelo cálculo de estresse do fundo de todos os seus ativos e derivativos, ou seja, incluem derivativos que chamam margem na B3, derivativos de balcão que não chamam margem na B3 e ativos na carteira do fundo. O método de cálculo e os cenários de estresse utilizados são semelhantes ao que a B3 utiliza para chamada de margem de derivativos.

4.2. Risco de Liquidez

O controle de risco de liquidez é feito pela comparação das disponibilidades estimadas dos ativos componentes do fundo ("Ativos") em relação às necessidades de recursos ("Passivos") em diversas janelas futuras, sendo a principal na janela de liquidação para pagamento de resgates.

As estimativas de disponibilidade dos Ativos são feitas através do volume de negociação observado no mercado ou por estimativas para ativos ilíquidos. No caso dos Passivos, são considerados os resgates efetivamente solicitados e também resgates estimados baseados em dados históricos do fundo ou da classe CVM ao qual o fundo pertence.

4.3. Risco de Crédito/Contraparte

Este risco é controlado de maneira consolidada na gestora pela área de risco comparando-se o total de exposição (soma de todos os fundos geridos) para cada emissor ou grupo econômico com os seus respectivos limites estabelecidos.

Os limites são definidos através de análises da área de análise de crédito da gestora e são discutidos e aprovados em comitê com participação da área de risco. Os critérios e procedimentos de análise estão definidos na Política de Crédito da gestora.

A área de Administração dos fundos realiza o controle das normas de limite de concentração por emissor ou modalidade de investimento conforme ICVM 555.

A área de risco também monitora de maneira consolidada e por fundo as exposições de risco de crédito por emissor/grupo econômico, rating, tipo de ativo, Indexadores e Prazos.

O risco de contraparte de swaps é considerado com a mesma metodologia de cálculo de estresse. Essa exposição é adicionada as demais operações com risco de crédito da mesma contraparte.

4.4. Risco de Concentração

Os procedimentos descritos anteriormente contemplam a gestão do risco de concentração.

No risco de mercado, as eventuais concentrações da carteira em um fator de risco específico são consideradas e aumentam as medidas de risco. A medida de $V@R$ de um fundo é incrementada pela falta de benefício de diversificação entre os retornos dos diferentes fatores de risco. Nos testes de sensibilidades e medida de estresse, os choques no fator concentrado geram impactos significativos demonstrando o risco de concentração que o fundo está exposto.

No risco de liquidez, a concentração em um Ativo faz com que a geração de disponibilidades para o fundo seja reduzida, pois uma posição elevada em um ativo leva mais tempo para o mesmo ser convertido em disponibilidade, dado um volume médio negociado do ativo. A concentração de passivo também gera impacto de maiores necessidades estimada de disponibilidade nos fundos.

A concentração de risco de crédito dos fundos é monitorada pela área de risco e controlada pelo Administrador no procedimento de enquadramento diário dos fundos. O mesmo vale para as regras de concentração por modalidade de investimento pela ICVM 555.

4.5. Risco Operacional

4.5.1. Validação de modelos de Risco

Os modelos de Risco descritos neste documento foram desenvolvidos pela área de risco.

Os principais modelos de risco são documentados e validados por uma área independente no CS Global segundo padrões internacionais do Conglomerado (neste processo estão incluídos os testes de aderência dos modelos que são realizados anualmente).

4.5.2. Monitoramento do retorno e volatilidades dos fundos

São verificados os níveis de retornos dos fundos bem como sua volatilidade em relação às suas médias históricas e expectativas conforme sua respectiva classe de fundos CVM. Os casos divergentes são analisados para se identificar os motivos de tal descolamento.

4.5.3. Manuais dos procedimentos da área

Mantemos manuais sobre os principais procedimentos da área de risco com detalhes operacionais de forma a mitigar riscos operacionais na atividade de gestão de risco. O detalhamento sobre os comitês de risco (participantes, frequência de ocorrência, assuntos abordados, etc) estão descritos em documentos nomeados “Termos de referência do comitê”. Os procedimentos de reporte de relatórios de risco e de eventuais desequilíbrios de limites também estão descritos em manuais de procedimentos operacionais.

4.5.4. Gestão do Risco Operacional, Monitoramento de perdas operacionais, divulgação da cultura de monitoramento e ambiente de contingência

O CS Brasil adota estrutura de gerenciamento contínuo do risco operacional, nos termos exigidos pela Resolução 4.557 do Banco Central do Brasil de 22 de fevereiro de 2017. A gestão do risco operacional e de conformidade é de responsabilidade de todos os funcionários do CS. Os gestores com a ajuda das áreas de primeira linha de defesa são responsáveis pela identificação, classificação, gestão e reporte dos riscos inerentes ao desenvolvimento de suas atividades e a definição, operacionalização e garantir a performance e efetividade dos controles que são requeridos para aderência ao apetite de risco e políticas internas. As áreas de segunda linha de defesa são responsáveis por estabelecer a estrutura para a gestão do risco operacional e padrão dos controles associados e prover avaliação e desafio – de forma independente – em relação às atividades, processos e controles implementados e executados pela primeira linha de defesa. Ainda, a terceira linha de defesa é responsável por avaliar de forma independente para a diretoria/alta administração e Comitê de Auditoria a adequação da estrutura de gestão de riscos e controles e criar mecanismos de avaliação dos processos relativos à gestão de riscos e controles da primeira e segunda linhas de defesa.

O Conglomerado possui um Comitê de Gerenciamento de Risco Operacional que se reúne mensalmente para discutir e avaliar a exposição aos riscos, incluindo o risco operacional, revisar eventuais excessos/desvios em relação aos limites estabelecidos e propor, avaliar e acompanhar a implementação de ações corretivas ou de remediação, caso necessário. São apresentadas no comitê as métricas de perdas/ganhos decorrentes de incidentes operacionais ocorridos no mês anterior, bem como os planos de ação/remediação concordados para mitigar as falhas identificadas, caso o incidente tenha sido considerado

A Diretoria Executiva do CS no Brasil é responsável pela disseminação das políticas, revisão e aprovação anual dos limites estabelecidos na RAS e pelo gerenciamento do risco operacional. E também é responsável por conscientizar os gerentes sobre a importância de manter uma cultura de risco disciplinado e transparente e por garantir a adoção de uma abordagem prudente na tomada de riscos apropriados à estrutura de capital do banco, de forma a preservar seus acionistas e clientes. O CS disponibiliza aos funcionários, através da sua intranet, treinamento mandatório das políticas relacionadas à estrutura de riscos e controles.

O CS Brasil adota o Plano de Continuidade de Negócios (BCP, na sigla em inglês), o qual prevê a manutenção das atividades consideradas críticas, em caso de contingência. Ao menos uma vez por ano a equipe interna de IT realiza testes para validar a infraestrutura de IT (sistemas, servidores, bases de dados, links de comunicação, etc.) o teste encaminhando os funcionários para o DR Site, a fim de treiná-los e de validar o BCP do ponto de vista dos negócios.

4.6. Procedimento específico para Carteiras Administradas

No caso específico das carteiras administradas, o perfil de risco da carteira e seus limites são estabelecidos em contrato e são controlados pela Área de Risco conforme a Política de Investimento de cada carteira.

5. Instrumentos utilizados

A área de Risco do Credit Suisse utiliza como instrumentos para gerenciamento dos riscos das carteiras sistemas desenvolvidos externamente (como o Riskmetrics da MSCI) e internamente (pelas áreas de risco ou de tecnologia do CS).

6. Estruturas de gestão de Riscos

6.1. Comitês de Risco

A área de risco apresenta as exposições de riscos dos fundos geridos pela CSHG WM em Comitê realizado semanalmente com a participação dos gestores dos portfólios e administrador de fundos.

A área de risco participa do Comitê Fiduciário do Administrador dos Fundos realizado trimestralmente para monitoramento dos níveis de retorno e riscos dos fundos administrados. A área de risco também participa do Comitê de Investimento da Administração de Fundos CSHG realizado semanalmente para análise e aprovação de novos produtos de investimento nas carteiras.

O Comitê de Risco Operacional do Conglomerado CS Brasil ocorre mensalmente, quando então os casos de perdas operacionais das carteiras são apresentados, bem como são acompanhados os planos de mitigação caso sejam considerados relevantes segundo critérios definidos internamente.

6.2. Organograma da área, independência e autonomia

A área de risco conta com uma estrutura independente das áreas de negócios para realizar a gestão dos riscos das carteiras de forma a ter total autonomia.

O head da área de riscos no Brasil responde diretamente ao head regional de riscos baseado nos EUA com quem são alinhadas as atividades, objetivos da área e questões administrativas. A área de risco realiza reuniões semanais com a área de risco internacional que por sua vez dá suporte em metodologias de risco, em dados relevantes para a atividade de gestão de risco e em relação à estrutura internacional dos negócios. O diretor de riscos indicado na CVM também é responsável pelos Controles Internos na CVM e pela Área de Compliance, a qual é membro de todos os comitês de risco descritos nesta política, de forma a acompanhar, monitorar e reportar as atividades de gestão de risco a essa diretoria.

A área de risco tem autonomia nas suas atividades de gestão de risco por ter uma estrutura de pessoas e sistemas para mensuração e controle dos riscos que é independente da estrutura de negócios Gestor e do Administrador. As informações de posição dos fundos são coletadas diretamente das bases do Administrador do fundo. Os sistemas de risco não estão na infraestrutura da gestora e tem acesso restrito a mesma.

Dada à estrutura descrita, o diretor de riscos, indicado na CVM como responsável por esta função, tem autoridade para questionar os riscos assumidos nas carteiras e acompanhar a adoção das medidas necessárias.

Além dos comitês de risco descritos, que contam com participação dos diretores responsáveis perante a CVM pela gestão das carteiras e pela Administração de fundos, a área de risco participa do comitê fiduciário que conta com membros da alta administração. Contamos também com um comitê trimestral de acompanhamento dos fundos domiciliados no Brasil com a participação do CRO Global (*Chief Risk Officer*) de gestão de recursos de terceiros e do head regional de riscos nos EUA.

Para a realização das atividades descritas neste documento, o CS conta com a estrutura de pessoas descrita a seguir:

- Diretor de Riscos CVM (Verifica o cumprimento da política de gestão de riscos)
- Head de Riscos (Realiza a gestão de risco)
- Gerente (Risco de Mercado e Liquidez)
- Especialista 1 (Risco de Mercado e Liquidez)
- Estagiário (Risco de Mercado e Liquidez)
- Especialista 2 (Risco de Crédito, Fundos Estruturados e Performance de Fundos)
- CRO Brazil (Coordena as atividades de Riscos do conglomerado CS Brasil)
- Gerente de Riscos Operacionais do Conglomerado (Metodologias e monitoramento de aderência à política de risco operacional).

